

Administração pública: caracterização do emprego formal na região metropolitana do Cariri nos anos de 2013, 2017 e 2021

Autores:

Maria Jeanne Gonzaga de Paiva

Doutorado em Programa de Pós-graduação em Economia pela Universidade Federal Fluminense-UFF; Docente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri-URCA; Líder do grupo de pesquisa estudos em negócios urbanos e rurais-GENUR

Jackson Guedes

Bacharel em Direito. Pesquisador do Genur. Discente especial no Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável. Servidor Público da Universidade Federal do Cariri-UFCA

Larissa Ferreira Fernandes

Graduanda em Ciências Econômicas pela URCA, Pesquisadora do Genur, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC/URCA/Funcap- Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DOI: 10.58203/Licuri.21193

Como citar este capítulo:

PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga; GUEDES, Jackson; FERNANDES, Larissa Ferreira. Administração pública: caracterização do emprego formal na região metropolitana do Cariri nos anos de 2013, 2017 e 2021. In: SILVA, Maria José das Neves (Org.). **Mosaico da humanidade: conexões nas Ciências Humanas e Sociais**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 47-53.

ISBN: 978-65-85562-11-9

Resumo

O estudo com dados secundários da RAIS, de natureza descritiva, tem por objetivo caracterizar a dinâmica do mercado de trabalho formal com respeito à Administração Pública na Região Metropolitana do Cariri nos anos de 2013, 2017 e 2021. Houve variação positiva nos empregos desse setor nos municípios do Crajubar em Juazeiro do Norte e Barbalha, com 26,21% e 33,18%, respectivamente. E fora do Crajubar em Farias Brito e Jardim - 4,78% e 9,50%, respectivamente de 2013 a 2017. No período 2017/2021, o crescimento se deu fora da Conurbação Crajubar, exceto Jardim que apresentou decréscimo. A variável faixa etária 40 a 49 anos predomina, exceto em 2013, prevalecendo a faixa 30 a 39 anos. A faixa remuneração média predominante foi de 1 a 1,5SM-salário mínimo. Conclui-se que diminuíram os empregos nos municípios da RM Cariri, nos anos citados; de forma absoluta, exceto Barbalha (2017 a 2021) e Farias Brito. Em relação ao sexo, houve aumento de forma absoluta do sexo feminino em Barbalha, Caririáçu, Jardim, Farias Brito nos anos citados. O sexo masculino cresceu em Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Com relação à variável escolaridade, predominou o ensino superior completo. Municípios como Crato, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri apresentaram vínculos empregatícios de natureza não típica como estatutário não efetivo e contrato lei municipal.

Palavras-chave: Empregos. Setor Administração Pública. Região Metropolitana do Cariri.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho no Brasil apresenta características estruturais heterogêneas e encontra dificuldades para absorver o contingente de pessoas em busca de empregos com baixos rendimentos. Em momentos de crise, isso acaba resultando em um aumento da vulnerabilidade social.

Entre os anos de 2011 e 2014, houve uma redução no crescimento da economia brasileira, a qual passara a exibir uma taxa média de crescimento de 1,8% ao ano. Nos anos seguintes, 2015 e 2016, o país enfrentou uma grave crise, ocasionando uma queda acumulada de 6,8% do Produto Interno Bruto (PIB). A partir desse período, o crescimento ficou bastante limitado, registrando uma média anual em torno de 1,5% no triênio 2017/2018/2019, de acordo com dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN/IBGE) (SABOIA *et al.*, 2021).

De 2004 a 2014, o mercado de trabalho brasileiro experimentou um período mais favorável. No entanto, a partir de 2015, com a crise política e suas graves implicações econômicas, começaram a ser perdidos postos de trabalho. A reforma trabalhista, em 2017, infelizmente, não trouxe consigo os empregos esperados. Além disso, a crise sanitária, causada pelo coronavírus em 2020, teve um forte impacto, reduzindo postos de trabalho no Brasil e ao redor do mundo.

Segundo Mattei e Heinen (2020), entre os anos de 2014 e 2020, a Administração Pública, a defesa e a seguridade social, a educação, a saúde humana e a assistência social tiveram um crescimento anual de 1,7%, conforme os dados da PnadC. Esse crescimento foi concentrado, principalmente, nos setores da educação e da saúde humana, enquanto a Administração Pública e os serviços sociais sofreram grandes diminuições.

No ano de 2020, de acordo com dados da RAIS (2021), os subsetores econômicos que mais registraram postos de trabalho formais foram a Administração Pública e o comércio varejista, não só no Brasil, como também na Região Nordeste e no Ceará. Em números, foram 8.662.695 empregos formais na Administração Pública e 7.372.634 no comércio varejista; na Região Nordeste, 2.302.296 e 1.278.939, respectivamente; no estado do Ceará, 347.567 e 205.221, respectivamente, nesses mesmos subsetores.

Nesse contexto, convém indagar-se: como agem, na Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri), as variáveis que definem o padrão do emprego formal na Administração Pública? Dessa forma, o objetivo central deste artigo é caracterizar a dinâmica do mercado de trabalho formal com respeito à Administração Pública na RM Cariri nos anos de 2013, 2017 e 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a Tabela 1, no período 2013/2017, houve variação positiva no setor econômico da Administração Pública da Conurbação Crajubar, em particular, nos municípios de Juazeiro do Norte e Barbalha, com 26,21% e 33,18%, respectivamente. Fora da Conurbação, essa variação se aplica apenas aos municípios de Farias Brito e Jardim - 4,78% e 9,50%, respectivamente.

No período 2017/2021, a variação positiva se deu fora da Conurbação Crajubar, pois apenas o município de Jardim decresceu em termos de postos de trabalho no setor analisado (vide Tabela 1).

Tabela 1. Quantidade de postos de trabalho do setor da Administração Pública na Região Metropolitana do Cariri (2013, 2017 e 2021)

Municípios/Anos	Anos		
	2013	2017	2021
Crajubar			
Crato	6.806	4.939	4.408
Juazeiro do Norte	6.848	8.643	7.272
Barbalha	1.793	2.388	2.166
Fora do Crajubar			
Caririaçu	1.628	1.498	1.628
Jardim	1.253	1.372	1.286
Missão Velha	1.937	1.415	1.556
Farias Brito	879	921	961
Nova Olinda	951	783	800
Santana do Cariri	1.125	906	919

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2021).

De acordo com a Tabela 2, considerando o período e o setor em estudo, houve variação relativa positiva das mulheres (acima de 60%) nos municípios de Jardim, Missão Velha e Santana do Cariri.

Tabela 2. Quantidade de postos de trabalho formal na Administração Pública por sexo na Região Metropolitana do Cariri (2013, 2017 e 2021)

Municípios/Sexo do trabalhador	2013		2017		2021	
	fem	masc	fem	masc	fem	masc
Crajuubar						
Crato	4.360	2.446	3.164	1.775	2.777	1.631
Juazeiro do Norte	4.660	2.188	6.038	2.605	4.665	2.607
Barbalha	1.230	590	1.483	905	1.370	796
Fora do Crajuubar						
Caririaçu	1.028	360	1.082	416	1.187	441
Jardim	812	441	936	436	880	406
Missão Velha	1.329	608	980	435	1.086	470
Farias Brito	587	292	592	329	606	355
Nova Olinda	634	317	509	274	499	301
Santana do Cariri	707	408	606	300	594	325

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2021).

Em relação a variável escolaridade, em 2021, predomina o ensino superior completo nos municípios de Crato, Barbalha e Farias Brito, enquanto o ensino médio prepondera em Caririaçu e Missão Velha - em 2013, essa escolaridade se verifica em Jardim e Nova Olinda (RAIS, 2021).

A variável faixa etária 40 a 49 anos predomina, exceto em 2013, prevalecendo a faixa 30 a 39 anos. A faixa remuneração média foi de 1 a 1,5SM-salário mínimo, porém, em 2013 e 2017, os municípios de Jardim e Missão Velha apresentaram mais postos na faixa de 0,5 a 1SM (RAIS, 2021).

Os contratos atípicos da Administração Pública apresentaram a seguinte configuração: em 2013, Crato tinha 56,07% dos postos de trabalho no estatutário não efetivo, diminuindo para 37,55%, em 2021; Nova Olinda, 52,15%, em 2016, e 23,50%, em 2017; Santana do Cariri, 39,20%, em 2013, e 15,67%, em 2021; Missão Velha, 44,40% no

contrato lei municipal em 2013 e 17,53% em estatutário não efetivo, em 2021. Os demais municípios apresentaram contratos típicos com estatutário e o CLT Urbano/Pessoa Jurídica Indeterminado em Barbalha e Missão Velha nos anos citados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diminuíram os postos de trabalho formal, referentes à Administração Pública, nos municípios da Região Metropolitana do Cariri, em 2013, 2017 e 2021; de forma absoluta, exceção apenas para Barbalha (2017 a 2021) e Farias Brito (2013 a 2021).

Em relação ao sexo, houve aumento de forma absoluta do sexo feminino em Barbalha, Caririaçu, Jardim, Farias Brito nos anos citados. O sexo masculino cresceu em Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri.

Com relação à variável escolaridade, predominou o ensino superior completo, na faixa etária 40 a 49 anos e na faixa de 1 a 1,5 salários mínimos. Municípios como Crato, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri apresentaram vínculos empregatícios de natureza não típica como estatutário não efetivo e contrato lei municipal.

REFERÊNCIAS

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 16 jun 2023

CEARÁ, Lei Complementar nº 78, 26 de junho de 2009. *Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana do Cariri, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração e o Fundo De Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri - FDMC, altera a composição de microrregiões do Estado do Ceará e dá outras providências*. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/viacao-transportes-desenvolvimento-urbano/item/5488-lei-complementar-n-78-26-de-junho-de-2009>. Acesso em 16 jun 2023

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. 3. Reimp. São Paulo: Atlas, 2021

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/>. Acesso em: 16 de jun de 2019

MATTOS, F. A. M. de; CARDOSO JR., J. C. Emprego público no Brasil: uma avaliação em perspectiva internacional comparada. *Rev Bras Adm Pol*, n. 13 v.2, p. 230-267, Salvador, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/51735/27846> Acesso em 16 jun 2023

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. *Revista de Economia Política* 40 (4), 2020, p. 647-668. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/8snSbBwVqmYgd5pZVQ5Vhkn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 16 jun 2023

MEIRELLES, H. L.; BURLE FILHO, J. E. *Direito administrativo brasileiro*. colaboração de Carla Rosado Burle. 42. ed. atual. até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. São Paulo: Malheiros, 2016.

MENDES, C. de P. *Análise da administração pública como atividade econômica em Minas Gerais: uma aplicação da matriz de insumo-produto*. Monografia de conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) 102f. Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte: 2019.

RAIS-Relação Anual de Informações Sociais, 2021. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/> Acesso em: 14 ago 2023

REZENDE, L. dos S. O regime de emprego no âmbito da administração pública. *Revista CEJ*, Brasília, Ano XIV, n. 51, p. 76-84, out./dez. 2010. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-CEJ_n%2051.07.pdf
Acesso em: 16 de jun de 2019

SABOIA, J. *et al.* Mercado de trabalho, salário-mínimo e distribuição de renda no Brasil no passado recente. *Rev. Econ. Contemp.*, v. 25, n. 2, 2021, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/PfsVrtZPhMvPFv8hsD8R4fk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 16 jun 2021

.